

1ª edição 1982
© Regina Sampaio

Capa
Carlos Clénen

Foto da capa
Arquivo Adhemar de Barros Filho

Revisão
Silvana L. Afram

CIP — Brasil. Catalogação - na - Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

Sampaio, Regina.
S186a Adhemar de Barros e o PSP / Regina Sampaio.
São Paulo: Global Ed., 1982.
(Teses; 5)

Bibliografia.

1. Barros, Adhemar de, 1901-1969 2. Partido Social Progressista (Brasil) 3. Partidos políticos (Brasil) 4. Populismo - Brasil
I. Título

82-0036

CDD-329.981
-329.00981
-923.281

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Partidos políticos: Ciência política 329.981
2. Brasil: Partidos políticos: Biografia 923.281
3. Brasil: Populismo: Ciência política 329.00981
4. Partido Social Progressista: Brasil 329.981

Composição

1 mo. letra

Fotolito (capa)

Rubens Seballos

Impressão e acabamento

Círculo do Livro S. 4

Nº de Catálogo:

1284

Direitos reservados

global editora e distribuidora ltda.

Rua França Pinto, 836 - CEP 04016 - Fone 549-3137
Caixa Postal 45329 - 01000 - V. Mariana
São Paulo - SP

Adhemar de Barros e o PSP

Regina Sampaio

global editora

1982

CAPÍTULO III

AS ORIGENS DA MÁQUINA PESSEPISTA

1 — *A Interventoria*

Procurar as origens remotas de um fenómeno político, traz sempre o risco de nos levar a identificar traços desse fenómeno em épocas que muito pouco ou nada tiveram a ver com as características que fazem dele uma realidade historicamente determinada.

No entanto, no caso do PSP — e daquele que foi seu criador e figura máxima — é impossível deixar de considerar o período que antecede a fase de redemocratização e criação dos partidos nacionais. E isto não apenas no sentido de acompanhar a trajetória política de Adhemar, mas principalmente no sentido de identificar as bases sobre as quais posteriormente se apoiou o partido por ele criado e os conflitos que, esboçados então, marcaram sua emergência no quadro das forças políticas paulistas em 1945.

É nesta fase que Adhemar não apenas lança as bases de sua futura máquina partidária, com também define sua imagem como governante e como personalidade política.

Nascido no seio da oligarquia cafeeira — seu pai, Antônio Emygdio de Barros, era grande proprietário de terras em São Manoel — teve a educação que as elites paulistas tinham condições de oferecer a seus filhos. Formado em Medicina pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, aperfeiçoou seus estudos na Europa, tendo residido por três anos na Alemanha. Na viagem de retorno ao Brasil, conheceu Dna. Leonor — filha do Dr. Octavio Mendes, eminente professor

da Faculdade de Direito e também ligado às elites paulistas —, com quem veio a se casar.

Em 1932 engajou-se como médico a serviço das forças revolucionárias paulistas, com o posto de capitão e delegado militar da região de Aparecida e Lorena. Posteriormente, ligou-se ao grupo que, exilado na Argentina, procurava rearticular o movimento armado contra Getúlio Vargas. Foi nessa fase que Adhemar estreitou seu relacionamento com os próceres da Revolução de 32, desenvolvendo, assim, contatos que lhe seriam valiosos para sua futura carreira política.

As primeiras atividades de Adhemar na vida política constitucional se dão no Partido Republicano Paulista, através de seu tio, Dr. Rezende, ex-senador do estado e membro da Comissão Diretora do PRP no período anterior à Revolução de 30. Com a reconstitucionalização, o senador Rezende é convidado a reintegrar-se aos quadros partidários, condicionando, então, sua volta à inclusão do sobrinho na chapa perrepista para as eleições à Constituinte do Estado, em outubro de 1934.

Adhemar concorreu pelo 5.º Distrito Eleitoral, cuja sede era Botucatu, por indicação do Dr. Ataliba Leonel, líder perrepista da zona. Para fazê-lo, teve que vencer sérias resistências, uma vez que elementos de maior tradição no Partido disputavam a indicação. Houve, inclusive, tentativas de impugnar sua candidatura, por parte do então Bispo de Botucatu, D. Carlos Duarte Costa, articulado com grupos opositores à família Barros em São Manoel. Paradoxalmente, Adhemar foi lançado pela Congregação Mariana de Botucatu. Seu nome foi também apresentado por uma organização denominada "Capacetes de Aço", composta de elementos remanescentes do movimento de 32 e presidida por Juvenal Rodrigues de Moraes¹.

Como deputado, Adhemar ganhou algum destaque graças a virulentos discursos antigelulistas e antiarmandistas². Dentro do Partido, contudo, sua posição era ainda bastante modesta, ocupando ele, em 1937, o cargo de presidente do Diretório da Liberdade, na Capital.

1. Depoimento de Carvalho Sobrinho — 12/7/78.

2. Paulo Duarte, em suas *Memórias*, dá uma idéia da virulência desses discursos, quando se refere a Adhemar, como o "perrepista ferrenho, que xingava diariamente Getúlio na Assembleia Legislativa e declarava da tribuna parlamentar que preferia tocar a mão de um leproso do que (sic) tocar a mão de Getúlio Vargas" — DUARTE, P. 1977, pp. 194/195.

Com o golpe de novembro, os perrepistas descortinaram sua grande oportunidade de retomar o controle do estado, então em mãos do Partido Constitucionalista. Com este objetivo, manifestaram de imediato sua adesão ao novo regime³. A manobra surte o efeito desejado e quando Vargas resolve, em princípios de 1938, substituir o então interventor Cardoso de Melo Neto, pede aos líderes do extinto PRP uma lista de dez nomes entre os quais seria escolhido o novo interventor⁴. A lista enviada começava pelos grandes nomes, como Macedo Soares⁵, Henri-que Vilaboim, Sílvio de Campos e outros. O último nome era o de Adhemar, incluído provavelmente com alguma condescendência por parte dos elementos mais destacados do Partido, graças a gestões do Secretário da Segurança de São Paulo, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, de quem era amigo pessoal.

E Adhemar foi o escolhido; não apenas por apadrinhamento daquele e do então chefe de Polícia do Rio, Filinto Müller⁶, conforme o próprio Getúlio afirmou mais tarde, mas principalmente por sua aparente adequação à estratégia política de Vargas em relação às oligarquias estaduais. Sem contrariar frontalmente estas oligarquias, tratava-se na realidade de escolher um elemento de pequena expressão em seu seio e capaz, portanto, de se submeter mais facilmente ao controle pessoal do chefe do Estado Novo. No caso de São Paulo, Getúlio não tardaria a perceber seu erro. Sem dúvida, Adhemar foi um elemento capaz de neutralizar, em certa medida, as lideranças perrepistas tradicionais, mas o fez no sentido de estabelecer sua própria liderança no estado. E mais, esta liderança adquiriu contornos de um prestígio popular que o levaria a despertar a desconfiança de Vargas.

3. O telegrama manifestando a posição oficial do Partido Republicano Paulista em face do Estado Novo foi publicado no *Correio Paulistano* em 13/11/1937.

4. Depoimento de Mário Beni — 11/5/78.

5. José Carlos de Macedo Soares era um dos pleiteantes mais sérios ao cargo, segundo afirma Dulles, com base em uma comunicação da Embaixada dos Estados Unidos, no Rio, ao Secretário do Estado norte americano, em 29/4/1938. DULLES, J.W.F., p. 187.

6. Segundo uma entrevista de Lino de Matos, a União dos Sindicatos dos Trabalhadores de São Paulo — órgão por ele presidido em 1938 — também atuou junto a Vargas em favor de Adhemar, enviando uma comissão de dirigentes sindicais ao Catete, especialmente com este objetivo. Na mesma entrevista, Lino de Matos afirma ainda que Adhemar não cumpriu nenhum de seus compromissos com os trabalhadores durante sua interventoria — *O ESTADO DE SÃO PAULO* — 26/7/1958, p. 3.

Adhemar assume a interventoria contando, de imediato, com a oposição dos grupos ligados ao extinto Partido Constitucionalista, desalojados do poder pelo golpe de 37. Esta oposição agravou-se no decorrer de sua gestão, em decorrência das perseguições e prisões políticas dos oposicionistas, culminando com a intervenção, em 1940, no principal jornal de oposição: "O Estado de São Paulo".

Quanto ao PRP, a despeito da desagradável surpresa que a nomeação de Adhemar — um elemento jovem e figura menor dentro do Partido — representou para as cúpulas partidárias, num primeiro momento pareceu possível uma composição.

O governo adhemarista é inicialmente formado quase que inteiramente com elementos perreptistas de prol: César Vergueiro foi designado para a Secretaria da Justiça; Sales Júnior para a Secretaria da Fazenda; Marino Wendel para a de Agricultura; Guilherme Winther para a de Viação; Dulcídio Cardoso para a de Segurança. As únicas exceções foram Meireles Reis, sem ligação partidária, para a pasta de Educação e Prestes Maia para a Prefeitura. A despeito disso, os conflitos não tardariam a surgir. De uma penada, Adhemar demitiu todos os prefeitos, substituindo-os de acordo com critérios que não correspondiam às expectativas das velhas lideranças perreptistas locais, afastadas por tanto tempo do controle da máquina governamental e acreditando ter então sua grande oportunidade.

Segundo vários depoimentos, Adhemar tendeu a substituir as velhas lideranças designando elementos jovens que, embora tendo ligações com o PRP e dispondo de algum prestígio na cidade, não eram diretamente subordinados às lideranças tradicionais — tratava-se ao que parece, de uma réplica, em microcosmo, da estratégia getulista. Esta tendência a se fixar em lideranças emergentes e relativamente independentes manifestou-se, inclusive, na nomeação de elementos ligados a grupos contrários ao PRP, como no caso, citado por Mário Beni, de Caconde, onde foi escolhido um nome pertencente à família Mazzili, tradicional oponente do grupo perreptista no município⁷.

7. Depoimentos nesse sentido foram dados por Vladimir de Toledo Piza, Lucas Nogueira Garcez e Mário Beni. O deste último é particularmente importante de ser considerado, dado ter ele participado ativamente do governo de Adhemar e ter indicado alguns prefeitos em

Com essa política, que teve seus desdobramentos em ulteriores modificações do secretariado e da administração pública de maneira geral, Adhemar provocou sérios ressentimentos entre as lideranças perreptistas preteridas, que passaram a tê-lo na conta de, além de arrivista, traidor. E as fissuras então provocadas passaram para o período posterior, explicando, sem dúvida, as resistências que Adhemar encontraria para seu engajamento nas forças que vieram a compor o PSD paulista em 1945. Ao mesmo tempo, lançou ele as bases para o estabelecimento de sua própria liderança no estado, fixando núcleos a partir dos quais pôde construir sua futura máquina eleitoral.

Nesse processo de conquista de um espaço no quadro das forças políticas paulistas tradicionais teve importante papel o desempenho do governante.

A administração Adhemar de Barros caracterizou-se por extremo dinamismo empreendedor, marcado, aliás, por absoluto desprezo pelas limitações de ordem financeira.

Sem entrar em nenhum conflito sério com as chamadas classes conservadoras do estado, Adhemar imprimiu à administração estadual um novo estilo, que passaria a assinalar igualmente seus posteriores desempenhos no executivo, tanto em termos de realizações concretas quanto de retórica política.

As grandes obras públicas e a expansão dos serviços de saúde são, sem dúvida, os fatos marcantes de sua administração. A retomada de projetos de administrações anteriores, como a retificação do Tietê e a construção de túneis nas principais vias da capital, se fez de maneira retumbante.

É iniciada a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana

sua zona política: "Adhemar demitiu todos os prefeitos e depois foi compondo as prefeituras de acordo com o partido que já nascia em seu espírito, um partido forte em São Paulo e que não seria nem o PC nem o PRP. (...) Estes homens, que então surgiam como lideranças, vinham (...) da luta contra Armando de Salles eram homens que apareceram após a Revolução de 32. (...) As lideranças foram, então, sendo substituídas; não eram lideranças que descendiam dos grandes líderes locais (...) Centenas de prefeitos foram nomeados nessa base (...) Quando na Interventoria, nós ouvíamos todas as correntes, o Partido Democrático, o Partido Constitucionalista ... então, os melhores elementos, com maior penetração dentro da cidade eram chamados e se acomodavam conosco em nova orientação política". Depoimento de 11/5/78.

e a construção das vias Anhangüera e Anchieta, esta de proporções gigantescas para a época⁸.

Na área de saúde, Adhemar parte também para algumas obras de impacto: é iniciada a construção do Hospital das Clínicas, é criado o Hospital do Pênfigo Foliáceo, bem como numerosos sanatórios para tuberculosos, na Capital e no Interior. Ao mesmo tempo, são reestruturados e modernizados serviços como o da Lepre e o de Assistência aos Psicopatas e criados os Centros de Saúde, em substituição aos antigos Postos Sanitários, dentro de uma perspectiva de atendimento médico mais amplo e melhor aparelhado.

Os serviços de assistência ao Interior são centralizados no Departamento de Municipalidades, órgão diretamente subordinado ao Interventor⁹. Através deste órgão ele dinamiza — levando às últimas consequências as velhas práticas políticas do PRP — seus contatos com os municípios paulistas. As caravanas são freqüentes e sempre acompanhadas de grandes festas de inauguração e de contatos diretos com os populares, dentro dos modos bonacheirões e irreverentes de Adhemar. E muitas obras foram inauguradas. Créditos foram abertos para a expansão de redes de água e esgotos e, pelo decreto 10.319, de 1939, foi implantado um sistema de financiamento mais flexível do que o vigente até então e que implicou, na prática, uma redução dos juros que deveriam ser pagos pelos municípios ao Estado. Já

8. O impulso dado por Adhemar à engenharia paulista é bastante bem retratada pelo engenheiro Eduardo Celestino Rodrigues, professor da Escola Politécnica da USP e ex-presidente do Instituto de Engenharia e ex-secretário de Viação: "A engenharia rodoviária só apareceu no Brasil no final dos anos 30 (...). Mas foi só vários anos depois, já durante o Estado Novo, que surgiram as propostas concretas para uma verdadeira política rodoviária (...). Em nosso Estado, cabe registrar o papel importante desempenhado nesse sentido pelo interventor Adhemar de Barros. Mais ou menos em julho de 1939, o eng.º Artovaldo Viana foi convidado para dirigir e reestruturar o DER. Imediatamente ele cuidou de organizar uma equipe de técnicos do melhor nível possível. E depois partiu para o maior projeto rodoviário que o País até então conheceu, a Via Anchieta e, em seguida, para o da Via Anhangüera". RODRIGUES, *apud* BENI, M. s/d — pp. 102/103.

9. Os Departamentos de Municipalidades, inovação administrativa implantada logo após a Revolução de 30, tinham, entre suas atribuições, prestar assistência técnica aos municípios e fiscalizar a elaboração e execução dos orçamentos municipais, funcionando, na prática, como instrumentos de tutela do governo estadual sobre as administrações municipais. Mantidos pela Constituição de 34, sua existência foi ratificada durante o Estado Novo, através do decreto 1202 de 8/4/39. Cf. LEAL, V.N. 1975 — cap. II.

em 1938, pelo decreto 9716, haviam sido criados o Departamento de Assistência ao Cooperativismo e o Programa para o reerguimento econômico do Vale do Paraíba. Adhemar firmava as bases de seu prestígio no Interior, ainda que às custas do comprometimento das finanças públicas.

Paralelamente a esta política de realizações, o Interventor, apoiado por um eficiente serviço de propaganda¹⁰ passou a desenvolver um amplo trabalho de proselitismo, baseado num apelo direto e pessoal às forças populares. Bastante sintomáticas nesse sentido são as "palestras ao pé do fogo", irradiadas diariamente para todo o estado e de cujo espírito a descrição de Mário Beni nos oferece uma imagem bem aproximada: "Naquela época não havia televisão, havia apenas transmissões pelo rádio. Todas as noites, às sete horas, ele tinha uma palestra com o povo de São Paulo, uma conversação íntima, todas as noites, inclusive sábado e domingo. Chamava "Palestra ao Pé do Fogo" e os que tinham rádio, de qualquer maneira, em todo o Interior, ouviam aquela conversa muito amigável dele. Isto fez época, ele tinha aquela conversa de caboclo franco, não era discurso inflamado não... falava a linguagem deles... falava errado até. Era uma novidade, nunca houve isto, foi daí que surgiu o termo populismo, quer dizer, nós descemos à linguagem do povo para que ele entendesse. E ele foi um pioneiro neste sentido, por isso criou esse carisma"¹¹.

Começava a se criar o mito Adhemar de Barros: de um lado a imagem do administrador ousado e dinâmico e, de outro, a imagem, com ele identificada personalisticamente, do Estado como o responsável direto pelo amparo aos mais humildes e sem acesso às estruturas formais de poder. Reforçando esta imagem, surgia a figura de Dna. Leonor, como "símbolo da bondade da mulher brasileira"¹², encabeçando iniciativas de assistência social amplamente divulgadas pela propaganda oficial. Não era à toa que Getúlio começava a se inquietar...

Ainda que com métodos e conteúdo inteiramente diferentes, Adhemar e Getúlio tinham a capacidade de despertar o entu-

10. É dessa fase a série de documentários jornalísticos cujo título dá bem a idéia de uma das facetas com que Adhemar pretendia se apresentar: "O Bandeirante na Tela". O cargo de cinegrafista da Diretoria de Propaganda do Palácio do Governo de S. Paulo foi criado em dezembro de 1939, RAMALHO, J. 1941, p. 296.

11. Depoimento a Guita Grin e à Autora — 20/6/77.

12. RIBEIRO, W.F., 1959 — p. 165.

siasmo das classes populares de maneira direta, sem intermediações, apresentando-se como líderes capazes de realizar suas aspirações. Nas palavras do Professor Lucas Nogueira Garcez, "querendo um auxiliar que catalizasse sua própria liderança popular, Getúlio criou um rival. A partir de então, a vida política de ambos foi marcada por uma tragédia que decorreu da escolha feita por um líder populista de um homem que também tinha capacidade de aliciamento das forças populares"¹³.

Se esta ênfase na aproximação com as forças populares causava alguma desconfiância entre as chamadas classes conservadoras — designação eufemística largamente utilizada pela imprensa da época para se referir às elites econômicas dominantes — isto não chegou a afetar fundamentalmente seu relacionamento com elas. Ainda nas palavras de Lucas Nogueira Garcez: "Adhemar não era considerado pelos fazendeiros pior ou melhor do que outros governadores de São Paulo; não acreditado que ele tenha pago qualquer tributo no sentido político por ter contrariado fundamentalmente princípios econômicos ou ocasionado distúrbios à classe econômica. Não se pode dizer que ele fosse uma expressão das classes produtoras, mas tinha com elas um relacionamento razoável"¹⁴. Em entrevista à "Folha", Adhemar aborda seu relacionamento com as classes conservadoras nos seguintes termos: "Nesse momento de grande desequilíbrio da economia mundial, São Paulo vence obstáculos que se diriam insuperáveis, não fossem as medidas de ordem preventiva postas em prática pelo governo. No momento crítico atual, em que um conflito de tão graves repercussões avassala o mundo moderno, o povo de nosso Estado cumpre sua missão histórica pacificamente, sem sofrer a mínima restrição no seu progresso (...). Bastante confortadoras têm sido as manifestações tributadas ao nosso governo pelas classes conservadoras do Estado, gratas que são à segurança de que cercamos suas atividades. Ainda há pouco recebíamos a visita dos mais lídicos representantes da indústria, do comércio e da lavoura, que nos vinham hipotecar sua inteira solidariedade e aplauso à obra de consolidação das nossas forças econômicas, promovida pelo governo, com sua assistência direta, através de representação no Conselho de Expansão Econômica. Assim, estão as classes conservadoras legislando para si mesmas e a elas reconhecemos dever inestimável

colaboração, traduzida pelo seu próprio esforço na restauração de nossas atividades produtivas"¹⁵.

O Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo foi criado por Adhemar em 1938, sendo presidido diretamente por ele e composto por representantes das principais lideranças econômicas: Roberto Simonsen, pela FIESP; Oswaldo Adams, pela Associação Rural Brasileira; Plínio de Oliveira Adams, pela Sociedade Rural Brasileira; Heitor Penteado, pelo Banco do Estado e outros bancos; Alberto Whately e outros, pelo Instituto de Engenharia. A justificativa era a de coordenar os esforços para enfrentar as dificuldades da situação de guerra, dentro do mesmo espírito que orientou a posterior criação, em esfera federal, da Coordenação de Mobilização Econômica. Órgão consultivo, funcionava, em nível estadual, como uma espécie de Conselho da Economia Nacional, diretamente subordinado ao Interventor. Seu funcionamento e suas relações com o Governo Federal são descritas por Mário Beni: "Já nos primeiros meses vários contatos haviam sido efetuados com o Governo Federal, que aproveitou, com providências acatadoras dos interesses do País, sugestões enviadas pela Secretaria daquele Conselho, fruto de recomendações de seu plenário atuante. As medidas tinham relação com o Conselho de Política Aduaneira, com diretrizes para a política do café e outras. E estendiam-se, através do Conselho Federal do Comércio Exterior para Embaixadas do Brasil, entrosando-se com as determinações do Ministério da Fazenda e da Agricultura e com futuras diretrizes para o Ministério de Viação e Obras Públicas. Enfim, de São Paulo partira, muito antes que o Governo Federal o fizesse, o esquema para uma disciplina econômica de guerra (...). As recomendações do Conselho, após estudados os problemas em todos os seus ângulos, ora pelos conselheiros, ora pelas associações de classe ou pelos assessores técnicos, eram divulgadas de pronto, orientando produtores, comerciantes, industriais, importadores de matérias-primas de qualquer natureza, capazes de ser substituídas, provavelmente obtidas no País"¹⁶.

A Interventoria de Adhemar dura pouco mais de três anos. Durante esse período, são frequentes as visitas à Meca do poder, em tentativas de desfazer intrigas e manter as boas graças de Vargas. Entretanto, em 1941, acentuam-se as divergências

13. Depoimento de Lucas Nogueira Garcez, 4/5/78.

14. Depoimento de Lucas Nogueira Garcez, 4/5/78.

15. Trechos da entrevista de Adhemar à *Folha da Manhã*, transcrita por João Ramalho in RAMALHO, J., 1941, p. 191 e segs.

16. BENI, M., s/d — pp. 115/116.

entre este e o jovem interventor, situação que é habilmente explorada, e incentivada, por elementos perrepiristas que se consideravam marginalizados do governo. A oposição parte, principalmente, de Epitácio Pessoa Cavalcanti, homem ligado pessoalmente a Getúlio, de Coriolano de Góes, ex-secretário da Fazenda de Adhemar e de César Costa e Marrey Jr., ambos antigos próceres perrepiristas¹⁷ e membros do Departamento Administrativo do Estado de S. Paulo. O pretexto para a demissão de Adhemar é dado por avolumado dossiê apresentado a Vargas em maio desse ano, por Coriolano de Góes. Mais ou menos pela mesma época, é publicado no Rio, o livro "A Administração Calamitosa do Sr. Adhemar de Barros em São Paulo", assinado por um certo João Ramalho que, segundo foi aventado, seria o pseudônimo utilizado por Epitácio Pessoa Cavalcanti.

As acusações, fartamente documentadas, vão desde o caráter perulário da administração¹⁸ até denúncias de desvios de dinheiros públicos e negociações envolvendo a contratação de firmas particulares para a realização de obras governamentais, passando por insinuações de suborno pelo jogo ilícito. As acusações de ordem política também não são esquecidas. São relembrados os discursos anti-getulistas de Adhemar e desenterrados alguns documentos que provariam antigas relações do Interventor com uma organização secreta de caráter subversivo, a O.M.P.C., decodificada anos mais tarde, em discurso pronunciado pelo deputado Edgard Batista Pereira, como "Ordem de Marx do Partido Comunista" ... Da mesma forma, são feitas insinuações de que Adhemar teria relações com os grupos integristas, estando amplamente informado a respeito dos planos da intentona de 38.

Reais ou exageradas, as denúncias cumpriram seu objetivo e Adhemar foi substituído pelo então Ministro da Agricultura de Vargas, Fernando Costa.

Contudo, ao se retirar da cena pública, Adhemar deixava configurado um quadro político que, sem dúvida, se refletiria em sua *rentrée* em 1945: de uma lado, e apesar de incompatibilizado com Vargas, a oposição fidalga dos antigetulistas que

17. Depoimento de Carvalho Sobrinho — 12/7/78.

18. As denúncias nesse sentido se apoiavam em comparações da receita e da despesa dos orçamentos estaduais nos anos de 38, 39 e 40, assinalando os déficits registrados, bem como em críticas à ampliação dos quadros de funcionários e à política de crédito aos municípios. Cf. RA-MALHO, I, 1947.

mais tarde viriam a organizar a União Democrática Nacional e, de outro, a desconfiança e o ressentimento dos velhos perrepiristas, que estariam no comando da máquina governamental quando das articulações para a estruturação do Partido Social Democrático.

Em contrapartida, deixava um núcleo de adeptos em todo o Estado que viriam a constituir as bases políticas nas quais se apoiaria para a formação de seu próprio partido, bem como uma imagem popular relativamente bem definida de administrador dinâmico e homem atento às necessidades do povo, especialmente dos mais humildes. Deixava também delineada uma série de ligações com grupos e interesses econômicos que, de uma forma ou de outra, se beneficiaram com o dinamismo de sua administração.

2 — A Fundação do PSP

Com os indícios de redemocratização que se avolumavam em todos os setores desde o Manifesto dos Mineiros, Adhemar retoma suas articulações, restabelecendo contatos com correligionários da época da Interventoria. Ao mesmo tempo, procura integrar-se às correntes políticas paulistas que então se reorganizavam.

Dispondo já de algum prestígio pessoal, era intenção de Adhemar conquistar, entre os grupos que se articulavam, uma posição de relevo que lhe permitisse pleitear sua candidatura na futura eleição para o Governo do Estado. Sua situação, entretanto, era bastante difícil: entre os velhos políticos de origem perrepirista — aglutinados em torno de Fernando Costa e que viriam a formar o PSD — as chances eram pequenas, devido aos ressentimentos criados pela política adhemarista em relação ao PRP na época da Interventoria.

Com tanto mais razão, entre as correntes antigetulistas, nas quais predominavam os elementos ligados ao antigo PD, Adhemar era visto com extrema desconfiança. Apesar disto, e talvez acreditando que a própria heterogeneidade das forças que se opunham a Vargas lhe daria maior margem de manobra, ele ingressa na UDN em 1945, recusando os convites para aderir ao PSD e à candidatura Dutra¹⁹. No entanto, o grupo de Adhemar foi recebido com muitas reservas e veio a ocupar uma posição bastante marginal entre as lideranças udenistas de São

19. Depoimento de Carvalho Sobrinho — 12/7/78.

Paulo, a despeito da campanha pela Presidência da República no Interior do Estado ter corrido quase que inteiramente por sua conta²⁰. Os problemas começaram já no reconhecimento dos delegados paulistas ao congresso de fundação do Partido. Waldemar Ferreira e João Sampaio, ligados, respectivamente, aos antigos PD e PRP, opuseram-se a que fossem enviados representantes de cada uma das correntes que compunham a União Democrática Nacional em São Paulo. Foi necessária a intervenção de Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo e José Américo para garantir a representação dos diversos grupos e, assim, foram enviados como delegados, além de Waldemar Ferreira e João Sampaio, Oscar Stevenson, Castilho Cabral — este ligado à corrente miguelista — e Adhemar de Barros. Mas, no diretório estadual, prosseguiram as manobras no sentido de marginalizar os adhemaristas.

A tensão chegou ao clímax quando Eduardo Gomes esteve em São Paulo, ocasião em que foi armada toda uma trama no sentido de impedir seu encontro com Adhemar. Segundo o depoimento de Erlindo Salzano²¹, foi a partir daí que ele se convenceu da inviabilidade de sua permanência na UDN e de que a única alternativa seria a formação de seu próprio partido.

Embora ainda comprometido com o candidato udenista, Adhemar começa as articulações para fundação do Partido Republicano Progressista, apoiando-se nos velhos companheiros do Interior, já então mobilizados por ele durante a campanha do Brigadeiro, e buscando novos contatos políticos, especialmente na Capital²².

Em setembro de 1945 é lançado o manifesto e o programa do novo partido, iniciando-se então a campanha pela obtenção do número necessário de assinaturas, de acordo com o previsto no Código Eleitoral então vigente²³. Em função disto,

20. Cf. CABRAL, C.C., 1962.

21. Depoimento de 13/4/77.

22. Um desses contatos é estabelecido com o grupo denominado "Movimento Libertador do Brasil" que, segundo um de seus fundadores, Dr. Elias Shammas, "era um conglomerado de elementos de meia-esquerda com um programa socialista e de caráter antigetulista" (Depoimento de Elias Shammas — 10/11/77). Este grupo, liderado por Armando Sales, que recebera um tabelionato de Adhemar durante a Interventoria, juntou-se com o grupo adhemarista, formando o PRP.

23. O Código Eleitoral de 1945 exigia como condição para o registro de um partido um mínimo de dez mil assinaturas, distribuídas entre pelo menos cinco estados — Decreto-Lei 7586 de 28/5/1945 — artigo 109.

Adhemar estabelece contatos com João Café Filho, que também encontrava dificuldades para obter o número suficiente de assinaturas para registrar a legenda por ele fundada no Rio Grande do Norte. Finalmente, em princípios de novembro desse ano, foi registrado o Partido Republicano Progressista, denominação que, segundo narra Café Filho²⁴, Adhemar insistiu em manter, uma vez que acreditava que a sigla PRP atrairia, pela identidade fonética, os votos dos antigos perrepetistas.

Nas eleições à Constituinte de 1945, o novo partido faz apenas dois deputados: Café Filho, pelo Rio Grande do Norte e Romeu de Campos Vergal por São Paulo e, assim mesmo, este último se elege apenas graças ao prestígio pessoal que desfrutava entre os grupos espíritas. No ano seguinte, com o objetivo de ampliar suas bases para as eleições estaduais que se aproximavam, o PRP funde-se com dois outros pequenos partidos de origem paulista que, igualmente, haviam obtido resultados inexpressivos nas eleições de dezembro: o Partido Popular Sindicalista, de Miguel Reale e Marrey Jr., entre outros, e o Partido Agrário Nacional, chefiado por Mário Rolim Teles. Nasce assim, em junho de 1946, o Partido Social Progressista, pelo qual Adhemar apresenta sua candidatura ao Governo do Estado nas eleições de 1947.

3 — As Eleições de 1947

Eleitos o Presidente da República e os representantes à Assembleia Constituinte, começaram os partidos a se articular em função das eleições estaduais, marcadas para janeiro de 1947. O controle do governo estadual apresentava, para as principais forças políticas que o disputavam, importância fundamental, na medida em que os partidos encontravam-se ainda em fase de estruturação.

Mesmo para o PSD, organizado a partir da máquina da interventoria, a conquista do governo estadual afigurava-se como uma necessidade de consolidação de sua hegemonia, em face das dificuldades geradas pelo próprio grau de urbanização e desenvolvimento econômico de São Paulo. Os resultados das eleições de 1945 no Estado, com as expressivas votações obtidas pelos candidatos getulistas e comunistas, tornaram patentes estas dificuldades, demonstrando o amplo potencial eleitoral das massas

24. CAFÉ FILHO, J., 1966.

trabalhadoras urbanas, em processo de mobilização pelo PTB e pelo PCB, então na legalidade. A vitória nas eleições de 47 apresentava-se, assim, para o PSD, ao mesmo tempo como possibilidade de consolidação e de bloqueio aos partidos identificados com as forças populares emergentes.

As *démarches* para a escolha da candidatura situacionista mostram de forma bastante clara o dilema que se colocava para o PSD: de um lado, a necessidade de se tornar mais competitivo aconselhava uma candidatura de conciliação, capaz de reunir o apoio de outros partidos; de outro, uma candidatura exclusivamente pessedista acenava com a vantagem de assegurar um controle mais efetivo da máquina governamental.

A primeira alternativa foi articulada pelo grupo ligado a Novelli Jr.²⁵, em torno do nome de Gabriel Monteiro da Silva, chefe da Casa Civil de Dutra.

Essa candidatura contava com o apoio de uma ala da UDN, encabeçada por Paulo Nogueira Filho, uma facção do PR e, segundo o depoimento de Wladimir de Toledo Piza, chegou a aglutinar o PTB borghista²⁶. O próprio Adhemar teria oferecido seu apoio a Monteiro da Silva, exigindo em troca sua inserção na chapa situacionista como candidato a senador²⁷. A alternativa contrária, entretanto, foi a vitoriosa, em grande parte devido à relutância da direção da UDN paulista em adotar uma candidatura saída dos quadros do PSD²⁸. O candidato afinal escolhido foi o então diretor presidente do Banco do Estado e presidente do PSD de São Paulo, Mário Tavares, que recebeu também o apoio do PR, PRP e outros partidos menores.

A UDN, após algumas tentativas de composição com Macedo Soares, parte igualmente para uma candidatura partidária, fixando-se no nome do Professor Antônio de Almeida Prado, e o PTB lança a candidatura de Hugo Borghi, a despeito da oposição de Getúlio Vargas.

25. Depoimento de Carvalho Sobrinho — 12/7/78.

26. Segundo o depoimento de Piza, foi feito um acordo secreto entre Hugo Borghi e o PR, em torno de princípios programáticos, para o apoio à candidatura de Gabriel Monteiro da Silva. No entanto, elementos do PR e PSD foram contrários à aproximação com os trabalhistas e, de acordo com o depoente, a candidatura de Monteiro da Silva acabou sendo "queimada" por gestões de Altino Arantes e Macedo Soares junto a Dutra. Depoimento de 4/12/77.

27. *Idem*.

28. LEITE, A., 1966

Borghi surgira no cenário político de São Paulo com muita força, como um dos principais líderes do movimento quere-mista em 1945, tendo sido o segundo deputado federal mais votado da bancada petebista do Estado, logo depois de Vargas. E, nesta altura, conforme depoimento de Ivete Vargas, apresentava-se como líder incontestado do PTB paulista. Contudo, e ainda segundo o mesmo depoimento, sua liderança não era bem aceita por Getúlio, que via nele um político hábil e com condições de projeção pessoal, constituindo, nesta medida, um obstáculo para que Vargas manobrasse o PTB paulista segundo seus próprios desígnios. O que Vargas temia, sobretudo, era que Borghi, uma vez eleito governador, viesse a se compor com Dutra, retirando São Paulo, definitivamente, do controle getulista²⁹.

Não conseguindo, entretanto, impedir a candidatura Borghi, Vargas tentou esvaziá-la, primeiro através de declarações públicas em que procurava deixar patente seu desacordo com a decisão tomada pelo PTB paulista³⁰ e, finalmente, através de recurso interposto pela Comissão Executiva do Partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral, visando cancelar a inscrição de Borghi pelo PTB, o que realmente veio a ocorrer em princípios de janeiro de 47³¹.

Cancelado seu registro pelo PTB, Hugo Borghi concorreu pelo Partido Trabalhista Nacional, provocando a primeira de uma série de crises que iriam assinalar a história petebista em São Paulo. O grupo mais fiel à orientação getulista, liderado por Nelson Fernandes, aderiu à candidatura de Adhemar, ainda que, evidentemente, nenhum compromisso formal tivesse sido assumido neste sentido³².

A candidatura adhemarista, até então considerada como um azarão — perspectiva que se refletia no apelido de "os caras-suja", aplicado a seus correligionários³³ — só passa a ser

29. Depoimento de Ivete Vargas — 14/12/77.

30. É famosa a frase com que Getúlio teria anunciado a candidatura de Borghi, num comício realizado no Vale do Anhangabaú, às vésperas das eleições: "já que não posso mudar o rumo dos acontecimentos, o PTB escolheu para ser candidato a governador o Sr. Hugo Borghi". Depoimento de Wladimir de Toledo Piza — 4/12/77; Ivete Vargas — 14/12/77 e Conceição da Costa Neves — 26/7/78.

31. A Comissão Executiva desistiu posteriormente do recurso, mas o processo já estava em andamento e o registro de Borghi foi cancelado em 9/1/47.

32. Depoimento de Conceição da Costa Neves — 26/7/78.

considerada como ameaça real quando se esboça a possibilidade de se concretizar a aliança com o PCB. Sem condições de se apresentar com candidato próprio em face da perspectiva de fechamento do Partido — já então configurada de modo bastante claro — tratava-se, para os comunistas, de tentar barganhar seu apoio com algum dos candidatos que pudesse lhes oferecer garantias para sua atuação no Estado, bem como de obter legados para seus candidatos ao legislativo, na hipótese de serem cassados os mandatos de seus representantes. Com esse objetivo, chegam, inclusive, a tentar um acordo com a UDN, fato narrado por Aureliano Leite em suas memórias³⁴.

As primeiras notícias a respeito do apoio de Luís Carlos Prestes a Adhemar são veiculadas em meados de 1946, sendo que em agosto deste ano os entendimentos são dados como suspensos, uma vez que o PCB se recusaria a aceitar a condição imposta pelo PSP de só tornar pública a aliança às vésperas do pleito³⁵. Entretanto, prosseguiram as tentativas de Adhemar no sentido de obter o apoio dos comunistas, ao mesmo tempo em que estes desenvolviam conversações com o grupo de Borghi. Os entendimentos entre o PTB e o PCB foram, contudo, prejudicados pela resistência de Vargas à candidatura borghista, bem como pela oposição de alguns dirigentes petebistas, que temiam perder os votos dos católicos³⁶. Assim, pouco antes de se encerrar o prazo para o registro dos candidatos, o Partido Comunista assume compromisso com o PSP, e em 5 de janeiro, em monumental comício no Anhangabaú, lança a candidatura de Adhemar.

Os termos oficiais³⁷ do acordo implicavam na exigência, por parte dos comunistas, de que Adhemar assumisse o "com-

33. A descrença nas chances eleitorais de Adhemar facilitou em grande parte sua penetração no Interior, na medida em que permitiu que a organização de diretórios pesseistas fosse tolerada em municípios controlados pelo PSD ou UDN. Depoimentos de Erlindo Salzano — 13/9/77; Mário Beni — 29/6/77 e Ciro Albuquerque — 3/8/77.

34. LEITE, A., 1966.

35. *O Dia* — 03/08/46.

36. Depoimento de Vladimir de Toledo Piza — 4/12/77.

37. Além do acordo oficial, haveria um acordo secreto pelo qual o PSP se comprometeria a oferecer alguns cargos aos comunistas no governo de Adhemar, entre os quais algumas Prefeituras e a chefia da Polícia. Em várias ocasiões, o chefe pesseista deu entrevistas à imprensa, negando que existissem compromissos de tal ordem. Apesar dis-

promisso declarado de defender a Constituição da República recentemente promulgada, a existência legal dos partidos políticos, inclusive a do PC e empreender (...) a solução imediata do agudo problema da carestia e da inflação"³⁸. Ao mesmo tempo, os candidatos às eleições complementares para o Senado e Câmara Federal foram escolhidos levando em consideração indicações do PCB, ficando as chapas assim organizadas: para o Senado, Euclides Vieira e Cândido Portinari; para a Câmara Federal, Antônio Roberto Maués, Franklin de Almeida, Moacir de Freitas, Diógenes de Arruda Câmara, Olinto Pinto Mendonça e Pedro Pomar.

Apesar da oposição da Igreja³⁹, a aliança foi plenamente vitoriosa: Euclides Vieira foi eleito senador e três das cinco vagas da Câmara Federal que cabiam a São Paulo foram preenchidas por candidatos pesseistas indicados pelo PCB: Pedro Pomar, Franklin de Almeida e Diógenes de Arruda Câmara. Adhemar foi eleito governador com cerca de 35% do total de votos nominais, seguido de Hugo Borghi, com 30,5%. Os candidatos do PSD e UDN ficaram em terceiro e quarto lugares, obtendo, respectivamente, 26,0% e 8,3% do total de votos nominais. Para a Assembleia Legislativa Estadual, o PSP concorreu independentemente do PCB, conquistando 9 de um total de 75 cadeiras (12%)⁴⁰.

A eleição de Adhemar significou a possibilidade de estruturação do PSP em nível estadual, de forma a colocá-lo definitivamente como um interlocutor necessário no quadro da política paulista. Uma de suas primeiras medidas como gover-

to, foram frequentes as denúncias neste sentido, especialmente durante a campanha intervencionista. (A esse respeito, ver também BASBAUM, L. 1976, p. 173).

38. Trecho da carta enviada por João Sanches Segura, em nome do comitê estadual do Partido Comunista do Brasil ao presidente do PSP, em 4/1/47, propondo os termos para a formalização da aliança.

39. A Liga Eleitoral Católica lançou uma nota oficial vetando o nome de Adhemar de Barros e de todos os candidatos pesseistas. Mensagem no mesmo sentido foi dirigida aos católicos pelo arcebispo de São Paulo, Cardeal Vasconcelos Mota. (*O Dia*, 7 e 8 de janeiro de 1947). Dentro do próprio PSP a aliança foi bem recebida, havendo apenas um caso de rebeldia, o do sub-diretório da Moóca, que se manifestou publicamente contra o acordo e passou a apoiar Mário Tavares.

40. Ver Quadros I e VI do Anexo I.

nador foi exatamente a substituição de todos os prefeitos nomeados pela administração anterior, criando condições para o estabelecimento de sua própria máquina partidária, a qual, de resto, foi a mais eficientemente organizada do Estado durante todo o período democrático até 1964. Já em fins de 47, o PSP contava com diretórios e sub-diretórios em todos os distritos eleitorais do Interior e da Capital⁴¹ e, nas eleições municipais realizadas nesse ano elege, sozinho, 27% dos prefeitos, contra 11% do PSD; 4,5% da UDN; 4,5% do PTN e 5,4% de outros partidos, num total de 292 municípios⁴².

Estruturando-se a partir do controle do aparelho governamental, a expansão do PSP teve o nítido significado de enfraquecimento das bases pessedistas no Estado. Os efeitos de sua expansão para as forças pessedistas se fazem sentir de modo bastante claro nas eleições realizadas no mesmo grupo de municípios em 1951, quando o PSD elege sozinho apenas 2,4% do total de prefeitos, contra 45,5% do PSP. Da mesma forma, nas eleições legislativas de 50, o PSD diminui substancialmente sua representação, obtendo, para a Câmara Federal, 17,5% da bancada paulista (contra 45,7% em 1945) e, para a Assembleia Legislativa, 12% do total de cadeiras (contra 34% em 1947). E um sintoma bastante significativo deste processo foi a violenta reação do PSD paulista contra Adhemar, concretizada na campanha pela intervenção federal em São Paulo em 1948, quando esta estimulada igualmente pelas forças udenistas, marcando o início de um padrão de aproximação política entre PSD e UDN paulistas que só viria a ser rompido em 1958 e, de forma mais clara, em 1962.

Por outro lado, a aliança com os comunistas e a própria divisão dos trabalhistas, da qual foi beneficiário, permitiu que o Partido penetrasse uma área eleitoral operária e adquirisse uma conotação popular que o levaria a se apresentar como partido de oposição às elites conservadoras identificadas com o PSD e, principalmente, com a UDN — os "cartolas", como eram chamados no jargão pessedista — e a disputar com o PTB o eleitorado trabalhista de São Paulo.

41. A informação para os diretórios municipais baseia-se em dados coletados junto ao TRE. Para os diretórios distritais da capital, baseia-se em depoimentos de ex-dirigentes pessedistas, uma vez que estes diretórios só eram registrados no próprio partido.

42. Os demais prefeitos foram eleitos por coligações partidárias (48%). Para o cálculo destas porcentagens foram excluídos os 13 municípios cujos prefeitos eram nomeados pelo governador.

CAPÍTULO IV

O PSP NO GOVERNO DO ESTADO — 1947/1950

1 — Campanha Intervencionista

Tão logo se configura a vitória de Adhemar de Barros nas urnas, as forças pessedistas do Estado, secundadas pressurosamente pela UDN, encetam intensa movimentação no sentido de impedir sua posse. A aliança com o Partido Comunista oferecia o argumento para tentar empolgar as Forças Armadas, tanto mais que as inábeis declarações de Prestes a respeito de sua posição pró-soviéticas em caso de guerra entre o Brasil e a União Soviética haviam atingido a opinião pública recentemente e com grande impacto. Com este objetivo, são interpostos na justiça eleitoral vários recursos visando impugnar a eleição de Adhemar, sob alegações que iam desde a ilegalidade do registro de sua candidatura e do registro do próprio PSP até à existência de irregularidades nas apurações. Paralelamente, era explorada com grande estardalhaço — especialmente pela UDN — a questão de um processo instaurado contra Adhemar em 1941, referente ao emprego de verbas secretas da polícia, e que se encontrava, nesta altura, na Justiça Federal.

Segundo declarações posteriores do então Ministro da Justiça¹, Benedito Costa Neto, um acordo entre Adhemar e as forças pessedistas se fez através da promessa daquele de ingres-

1. Discurso do Deputado Benedito Costa Neto na Câmara Federal, transcrito em *O Estado de São Paulo* de 2/4/49, p. 3. Segundo a imprensa da época, o acordo envolveu também a sustentação de Benedito Costa Neto na pasta da Justiça por parte do governo de São Paulo. *O Estado de São Paulo* — 30/1/47.